Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 26 de março de 2020.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2020 e em 31 de dezembro de 2019, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Hoje o método de equivalência patrimonial é considerado como estando dentro das IFRSs, e não mais exigindo a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas

d) Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas; os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	% de participação
	2020
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72
HBBH Novos Hotéis Ltda.	99,68
Plantravel - Planej., Viagens e Turismo Ltda	98,00

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil:
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos e receitas e despesas entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

e) Instrumentos Financeiros

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem, principalmente, os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

• Passivos financeiros derivativos

O reconhecimento de tal tipo de instrumento derivativo é feito inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e mensalmente o resultado líquido gerado por esta operação, é reconhecido segundo o regime de competência.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante os exercícios de 2019 e 2020, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

f) Contas a Receber

O Contas a receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo.

O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A companhia adota como adequado constituir provisão para títulos com atraso superior a 180 dias e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos.

h) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários.

i) Estoques

Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

j) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas "Outras despesas e/ou receitas operacionais", no momento da alienação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

I) Demais ativos (circulante e não circulante)

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m) Empréstimos, financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

n) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. Desta forma, o passivo circulante e não circulante estão sendo apresentados conforme seus vencimentos na data do pedido de recuperação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Contribuição social e imposto de renda diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído ("deemedcost"), considerando o CPC 32.

p) Passivos contingentes

Constituída com base na expectativa de perda estimada pela Administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25.

q) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12.

r) Informação por segmento

A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira.

s) Operações descontinuadas

Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

t) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Caixa e Bancos	1.686	2.810	1.697	2.827	
Aplicações Financeiras	9	10	9	10	
	1.695	2.820	1.706	2.837	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Aplicações Financeiras existentes referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

4. Contas a Receber

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019		
Contas a receber	6.978	9.116	7.949	10.105	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.790)	(1.228)	(1.790)	(1.228)	
	5.188	7.888	6.159	8.877	

O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
A	4 004	C 524	4.004	6.655	
A vencer	1.881	6.531	1.881	6.655	
Vencidas até 30 dias	788	1.004	788	1.034	
Vencidas de 31 a 120 dias	542	167	550	271	
Vencidas de 121 a 180 dias	833	52	935	157	
Vencidas há mais de 180 dias	2.934	2.934 1.362		1.988	
	6.978	9.116	7.949	10.105	

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das posições pendentes de recebimento, levando em consideração a situação de risco e crédito de cada cliente, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração.

5. Estoques

		Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda (alimentos e bebidas)	629	760	629	760
Materiais de uso, consumo e manutenção	1.401	1.302	1.401	1.302
	2.030	2.062	2.030	2.062

Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano têm características perecíveis e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes Relacionadas

Controladora

		Ativo		Pass	ivo	Resu	ultado
Partes Relacionadas	Categorias	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	63.380	59.120			4.227	3.025
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	26.623	24.710	735	686	1.775	1.263
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	32.143	29.994			2.141	1.533
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	13.070	15.077			966	771
Othon Administração S.A (1)	controladora			2.329	2.158		
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras			1.916	1.736		
HBBH – Novos Hotéis Ltda (2)	controlada			14.392	13.272	(1.349)	(686)
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A (2)	controlada	66.641	61.369			4.511	3.135
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	36.190	33.520			2.457	1.743
Plantravel (2)	controlada	484			310	8	(42)
Outros	outras	850	738			(329)	(262)
		239.381	224.528	19.372	18.162	14.407	10.480
Provisão para perdas		(108.592)	(104.190)			(4.401)	(5.412)
		130.789	120.338	19.372	18.162	10.006	5.068

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

Consolidado

		Ativo		Pas	sivo	Resu	ltado
Partes Relacionadas	Categorias	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	63.380	59.120			4.227	3.025
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	26.912	24.980	774	722	1.794	1.277
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	32.143	29.994			2.141	1.533
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	14.153	16.088	14.685	13.707	60	123
Othon Administração S.A (1)	controladora	8.567	8.001	2.329	2.158	572	409
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	2.457	1.959	4.015	3.696	(110)	(79)
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	77.559	72.134	47	43	5.208	3.716
Outros	outras	901	984			(329)	(260)
		226.072	213.260	21.850	20.326	13.563	9.744
Provisão para perdas		(151.002)	(143.775)			(7.226)	(7.358)
(4) D		75.070	69.485	21.850	20.326	6.337	2.386

⁽¹⁾ Demonstrações Financeiras não auditadas

Termos e condições das transações com partes relacionadas

As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) que até setembro de 2018 incidiam juros de 2% a.a. e variação do IPCA para atualização dos mesmos, e a partir de outubro de 2018 suas taxas foram revisadas pela Administração e os novos contratos passaram incidir juros de 5% a.a. e variação do IPCA e com um prazo menor de vencimento, observados as condições comutativas de mercado.

Já a partir de 2020, a diretoria da Companhia, por conta do atual cenário da economia, 5% + IPCA ser muito acima do mercado, os novos contratos passaram a incidir juros com base na CDI – (menos) 20%.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas.

Com o fechamento da unidade Aeroporto, em agosto de 2018, a companhia não efetua mais pagamentos por força de arrendamento de propriedade de partes relacionadas.

Transações com o pessoal chave da Administração

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010, o pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores que se encontram em Hotéis Othon S/A – Em Recuperação Judicial. Sua remuneração está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos conselheiros e estatutários	122	128
Encargos sociais de diretores e conselheiros	1	1
Benefícios de curto prazo a participação de resultados	2	2
	125	131

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo e tão pouco remuneração baseada em ações. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

7. Investimentos

Controladora

	Participação em 31/12/2020	Patrimôn	io líquido	Lucro (prejuíz	o) do período	Resultado de patrin	•	Saldo cor investi		perda sobr	ovisão para e passivo a berto
	%	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.(2)	77,72	(96.347)	(84.173)	(15.586)	(5.874)	(12.113)	(4.565)			74.881	65.420
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	20,27	(7.307)	(6.532)	(774)	(803)						
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	6,36	(295)	21	(274)	(506)	(18)	(32)			19	
HBBH Novos Hotéis Ltda . (2)	99,68	113.038	114.885	(1.847)	(2.490)	(1.841)	(2.482)	112.675	114.517		
Plantravel – Planej., Viagens e Turismo (2)	98,00	(149)	1.256	(1.405)	(423)	(1.377)	(415)	(146)	1.231		
						(15.349)	(7.494)	112.529	115.748	74.900	65.420
Provisão para perdas em investimentos											
						(15.349)	(7.494)	112.529	115.748	74.900	65.420

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Participação em 31/12/2020	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a	
	%	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	14,54	(295)	21	(274)	(506)	(24)	(101)		10		
Outros								8.337	260		
Provisão para perdas em investimentos						(24)	(101)	8.337	270		
						(24)	(101)	8.337	270		

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

a) Cia. Agropastoril Vale do Rio Una

A CAPVRU é uma Cia que tem como objeto social é a exploração agrícola e pastoril através da cria e recria de rebanhos bovinos, podendo estender as suas atividades a outros setores afins e correlatos aos seus objetivos e ainda, participar, na qualidade de acionista ou associada na exploração de quaisquer estabelecimentos industriais ou comerciais. A situação cadastral desta empresa encontra-se como "ativo", porém sem operação que gere receitas (inoperante). O Grupo Othon possui 20,90% de participação subdivididos na seguinte forma: 6,36% diretos e 14,54% indiretos. Esse investimento é contabilizado pelo método de Equivalência Patrimonial.

b) Outros Investimentos

São pequenas aplicações em bolsa realizadas por Othon Empreendimentos, onde os mesmos são avaliados ao custo de aquisição.

8. Imobilizado

			CONTROLADORA		
		31/12/2019			
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Liquido	Valor Liquido
Terrenos, edificações e construções (*)		321.828	(100.499)	221.329	227.425
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.446	(11.109)	2.337	3.053
Móveis e utensílios	7,14	28.692	(23.925)	4.767	5.490
Máquinas e equipamentos	6,67	24.566	(20.557)	4.009	4.562
Veículos	6,67	292	(272)	20	75
Computadores, periféricos e softwares	10	3.989	(3.726)	263	414
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	1.942		1.942	1.614
Total		394.755	(160.088)	234.667	242.633

			CONSOLIDADO					
		31/12/2020						
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Liquido	Valor Liquido			
Terrenos, edificações e construções (*)		469.298	(138.174)	331.124	357.139			
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.446	(11.109)	2.337	3.053			
Móveis e utensílios	7,14	28.734	(23.967)	4.767	5.490			
Máquinas e equipamentos	6,67	24.566	(20.557)	4.009	4.562			
Veículos	6,67	395	(375)	20	75			
Computadores, periféricos e softwares	10	4.020	(3.757)	263	417			
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	1.942	<u> </u>	1.942	1.614			
Total		542.401	(197.939)	344.462	372.350			
and the second s								

CONSOLIDADO

^(*) saldos de terrenos e imobilizações em curso da Controladora, no montante de R\$ 92.239 e do Consolidado de R\$ 151.839 não são depreciados.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No imobilizado da companhia existem bens dados em garantia de ações judiciais cuja probabilidade de perda é determinada em avaliação individual do risco de cada processo pelos Escritórios advocatícios externos que os patrocinam. Cabe ressaltar, que em face do deferimento da recuperação judicial, todas as ações e execuções, a exceção das de natureza fiscal, em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial ficam suspensas.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda nacional					
Capital de giro	7,44% a.a	264	501	264	501
Capital de giro	7,44% a.a	374	709	374	709
Conta garantida	Juros de 18,58% a.a.	579	833	579	833
		1.217	2.043	1.217	2.043
Passivo circulante Passivo não circulante		1.217	2.043	1.217	2.043
rassivo nao circulante		1.217	2.043	1.217	2.043

A Companhia possui contas garantidas, junto a Instituições Financeiras, onde são dados os direitos creditórios de sua titularidade.

10. Obrigações Tributárias Parceladas - Não Circulante

Os vencimentos dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados como segue:

				Após	Não
Impostos	2022	2023	2024	2024	Circulante
ICMS	86	86	14		186
ISS	48				48
IPTU	418	78			496
PARC. FEDERAL - IRRF		86			86
PARC. EXTRAORDINARIO PGFN	216	216	216	629	1.277
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	13	8	7		28
AFORAMENTO/LAUDÊMIO	16	16	16	45	93
OUTROS					
	797	490	253	674	2.214

Programas de Parcelamentos Incentivados - PPI

Em dezembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em relação aos tributos IPTU e

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ISS, pelo prazo de 120 meses. No exercício de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente o IPTU restando, atualmente, apenas 14 parcelas a pagar do ISS (59 parcelas em 2014).

Nos meses de fevereiro, março e junho de 2013, a Companhia aderiu ao PPI Carioca, instituído através da Lei nº 5.546 de 27 de dezembro de 2012, formalizando o parcelamento de IPTU de todas as unidades, bem como o reparcelamento do ISS em até 84 parcelas.

Estes dois parcelamentos foram perdidos no ano de 2019, e o reflexo da perda dos mesmos já se encontra na DRE e Balanço do ano.

11. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis

		Circulante			Não Circulante
	31/12/2020	31/12/2019	_	31/12/2020	31/12/2019
REFIS – Lei 11.941/2009	5.984	5.907		19.794	21.126
REFIS - Lei 12.996/2014	37	37	_	501	495
	6.021	5.944	_	20.295	21.621

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e em setembro de 2017 e dezembro de 2018 procedeu com a consolidação parcial dos débitos existentes, de modo que hoje não existem mais débitos parcelados na modalidade desta lei e aqueles débitos que não fizeram parte desta consolidação, retornaram ao passivo corrente da Companhia.

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

A movimentação dos tributos parcelados - REFIS IV, no ano de 2019 e 2020 foi como segue:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrativo das variações no REFIS IV com a migração do saldo remanescente do REFIS I.

	Lei 11.941/2009	Lei 12.996/2014	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	32.972	518	33.490
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente			
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação			
Pagamentos (1)	(6.768)		(6.768)
Juros	829	14	843
Saldo em 31 dezembro de 2019	27.033	532	27.565
Saldo em 1º de janeiro de 2020	27.033	532	27.565
Pagamentos (1)	(1.604)		(1.604)
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação			
Juros	349	6	355
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.778	538	26.316
Passivo circulante	5.984	37	6.021
Passivo não circulante	19.794	501	20.295
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.778	538	26.316

Por conta da atual pandemia da COVID-19 e redução considerável na receita da companhia, por consequência a Companhia não está conseguindo efetuar o pagamento do parcelamento cujas parcelas somam cerca de R\$ 500mil mensais, ficando então em risco de ser excluída do mesmo. Então, por conta desta situação, em 05/06/2020 a companhia entrou com mandado de segurança solicitando não ser excluída do parcelamento por conta do atraso de mais de 3 parcelas e também solicitou que o mesmo só voltasse a ter vencimentos após o fim do estado de calamidade pública. Atualmente este processo de Nº 5033864-71.2020.4.02.5101 está tramitando ainda e aguardando decisão.

12. Contribuição Social e Imposto de Renda

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2020	-	31/12/2019
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(84.172)	(84.172)	(129.495)	(129.495)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações desco	(8.418)	(8.418)	(7.136)	(7.136)
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(31.481)	(31.481)	(46.455)	(46.455)
Equivalência patrimonial	5.219		2.549	35
Despesas não dedutíveis	11.178	12.297	5.231	6.358
Compensação de prejuízo fiscal				
Crédito tributário diferido não contabilizado	11.794	13.357	68.649	70.570
Reversões de provisões administrativas	(6)	(77)	(31.749)	(31.749)
Realização da reserva de reavalição	1.519	4.951	617	617
Participação de Acionista Não Controladores		(1.261)		(520)
Outras	(39)	398	(654)	(668)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(1.816)	(1.816)	(1.812)	(1.812)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período - operaçõe	s descontinuad	as		
Correntes			(4)	(4)
Diferidos	1.816	1.816	1.816	1.816
Alíquota efetiva	2,16%	2,16%	1,40%	1,40%

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável.

13. Operação descontinuada

Em virtude da atual situação econômica do país e os prejuízos acumulados da Unidade Aeroporto, o grupo adotou como estratégia descontinuar a Unidade. Dentro desse contexto, em 30 de agosto de 2018, com a rescisão do contrato de arrendamento mercantil, o Aeroporto Othon Travel deixou de operar.

E conforme comunicado na nota de eventos subsequentes do 3º trimestre do mesmo ano, a Companhia também decidiu por encerrar suas atividades nas unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace a partir de 18 de novembro de 2018. Pois apesar de tradicionais e muito conhecidos nas regiões em que atuavam, devido ao cenário de redução econômica dos últimos anos, as duas unidades vinham apresentando queda nas taxas de ocupação, e com isto deixaram de apresentar resultados satisfatórios para a Empresa.

O resultado do período das 3 unidades é apresentado a seguir de forma separada:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	AEROPORTO	ВАНІА	BELO HORIZONTE	TOTAL	AEROPORTO	BAHIA	BELO HORIZONTE	TOTAL
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Resultado líquido de operações descontinuadas								
Receitas	10	1.003	88	1.101	14	938	152	1.104
despesas	(1)	(6.939)	(2.579)	(9.519)	24	(5.124)	(3.140)	(8.240)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9	(5.936)	(2.491)	(8.418)	38	(4.186)	(2.988)	(7.136)
Imposto de renda e contribuição social								
Resultado líquido do imposto de renda e da contribuição social	9	(5.936)	(2.491)	(8.418)	38	(4.186)	(2.988)	(7.136)
Ganho ou perda em operações descontinuadas Imposto de renda sobre operações descontinuadas								
Resultado líquido de operações descontinuadas	9	(5.936)	(2.491)	(8.418)	38	(4.186)	(2.988)	(7.136)

14. Provisão para Contingências

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, tomou as providências cabíveis em cada situação e entende que são suficientes para salvaguardar o patrimônio líquido da Companhia, não existindo indicações da necessidade de reconhecimento de quaisquer contingências adicionais em relação às contabilizadas.

	Controladora					Conso	idado	
	31/12/	2020	31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	11.432	4.754	9.984	4.772	11.432	4.754	9.984	4.772
Cíveis	9.984	4.356	2.420	3.845	32.534	4.521	23.628	4.018
Fiscais	633	85	555	739	633	85	555	739
	22.049	9.195	12.959	9.356	44.599	9.360	34.167	9.529

A Companhia figura como ré, em 31 de dezembro de 2020, em 244 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com vínculo empregatício, verbas rescisórias, FGTS, danos morais, integração da taxa de serviço ao salário, responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais noturnos, de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, indenizações decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho. A Administração de Hotéis Othon, com base na opinião de seus assessores legais, entende que a provisão de R\$ 11.432 é suficiente para resguardar o seu patrimônio líquido.

Especificamente no que diz respeito às contingências de natureza cível, o saldo de provisão abrange diversas ações, dentre elas há uma ordinária de ressarcimento de direitos autorais, propostas pelo ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição ainda em curso contra Hotéis Othon S/A, iniciada na década de noventa, através da qual pretende o ressarcimento de valores à título de direitos autorais, em razão de suposta retransmissão radiofônica de obras musicais nos aposentos dos estabelecimentos, além de obter proibição de transmissão de obras musicais nas dependências do Hotel. Essa ação foi proposta contra o Bahia Othon Palace. Nossa tese de defesa se baseia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula n. 63), no sentido de que a cobrança de direitos autorais somente é cabível em casos de retransmissão radiofônica em locais públicos dos

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estabelecimentos comerciais, não se aplicando, portanto, aos cômodos dos hóspedes. Na Bahia a sentença de primeira instância julgou procedente o pedido do ECAD, condenando Hotéis Othon ao ressarcimento de danos patrimoniais, referentes a parcelas vencidas a partir de novembro/1994; bem como nas parcelas a vencer, calculadas pelo valor da mensalidade vezes a quantidade total de apartamentos existente no Hotel; e na proibição de utilização de sonorização ambiente de seus apartamentos. Apresentamos recurso de apelação e recurso especial em que não logramos êxito, reiterando a nossa tese de não cabimento da cobrança ou, ainda, da necessidade de liquidação dos valores pelo cálculo de utilização média. O processo retornou à Comarca de Salvador para início da fase de cumprimento de sentença. O valor envolvido nessa ação gira em torno de R\$1.300.

No que tange as causas, cuja opinião dos assessores legais seja possível de perda, possuímos R\$ 9.835 de contingências de natureza cível e trabalhista e R\$ 17.995 de causas tributárias, esta última cabe ressaltar que é referente a valores constantes do passivo fiscal no Balanço Patrimonial da Companhia (Saldo de Obrigações Tributárias e encargos sociais).

15. Capital Social

Em 12 de agosto de 2015, atendendo ao ofício nº 147/2015 - DRE BM&FBovespa, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$ 39.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.894.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

16. Seguros

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2020, apólices de seguros com os seguintes capitais segurados, os quais entende serem adequados para cobertura dos seus ativos:

Modalidade	Importância segurada
Danos materiais	195.000
Roubo	71
Automóveis	1.100
Acidentes pessoais	921
Lucros cessantes	50.000
Responsabilidade Civil	10.000
Outros	4.658

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado Financeiro

		Controladora	Consolidado	
	31/12/2020	30/09/2019	31/12/2020	30/09/2019
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	16.148	9.018	16.448	9.668
Juros recebidos por atraso	124	32	124	32
Rendimentos de aplicação financeira				
Descontos obtidos	53	69	53	69
Outras receitas	2.296	575	2.382	636
	18.621	9.694	19.007	10.405
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.926	1.179	3.058	2.352
Juros sobre passivos fiscais	29.323	21.855	29.708	22.235
Juros sobre faturas fornecedores e serviços públicos	59	180	60	212
Tributos sobre receita financeira	790	403	1.026	527
Descontos concedidos	159	146	159	146
Outras despesas	554	262	463	392
	32.811	24.025	34.474	25.864

A linha de Juros sobre Passivos Fiscais contém a atualização dos parcelamentos de impostos, bem como os juros dos impostos correntes em atraso.

18. Receita Líquida

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta		
Receita com diárias	33.065	80.426
Receita de alimentos e bebidas (A&B)	3.431	11.855
Taxa de administração de hotéis	438	1.911
Outras receitas	2.915	6.153
Deduções da receita bruta		
Cancelamentos e devoluções		(20)
Descontos concedidos		
Impostos	(2.649)	(8.414)
Receita líquida	37.200	91.912

19. Créditos Fiscais

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 244.905 e R\$ 244.415, respectivamente. Face a incerteza de sua

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperação, a Administração não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os referidos créditos.

20. Gestão de Riscos

As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. Os principais riscos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

Risco de mercado - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido as mudanças nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Risco de taxa de juros – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui baixo índice de endividamento bancário e seus empréstimos são atrelados a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

Risco de crédito – É o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

A Companhia adota procedimentos para gerir o risco de crédito e minimizar o risco de default que passam pela seletividade e análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos seus clientes e ainda pelo acompanhamento semanal da pontualidade de pagamentos que lhe são devidos. A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de faturamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%.

Risco Cambial – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio em contratos firmados em outras moedas.

Risco de Liquidez - É o risco de que a Companhia enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidados pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as ações e execuções em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial, à exceção das de natureza fiscal, estão suspensas, e todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações assumidas após o pedido de recuperação judicial não estão sujeitas a este procedimento e, portanto, deverão ser quitadas nos vencimentos acordados.

21. Eventos subsequentes

Conforme explicado na Nota 1, o plano de recuperação judicial foi homologado em 09 de julho de 2020.

Em virtude da pandemia da COVID-19 a Companhia, assim como todo o setor hoteleiro Nacional e Mundial, passa por situação anormal em sua operação, de modo a seguir com ocupação muito abaixo do normal. Desta forma, continuamos com nossa receita mensal nos próximos meses afetada e seguimos trabalhando com quadro de funcionários reduzido. Diante disto, seguimos trabalhando com nosso caixa, de modo a retomarmos as operações junto a todo o setor nos próximos meses.
